



## O IDEAL REPUBLICANO, A EDUCAÇÃO E OS GRUPOS ESCOLARES NO PARÁ.

**Edna de Lima Nascimento**

Acadêmica de Licenciatura Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará – Castanhal - [ednadelima42@hotmail.com](mailto:ednadelima42@hotmail.com)

**Erica Camila Cesar da Silva de Oliveira**

Acadêmica de Licenciatura Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará – Castanhal - [ericamilasilvaoliveira@gmail.com](mailto:ericamilasilvaoliveira@gmail.com)

**Sérgio Bandeira do Nascimento**

Graduado em História com doutorado em educação

Universidade Federal do Pará – Castanhal – [sergbandeira@ufpa.com.br](mailto:sergbandeira@ufpa.com.br)

*Universidade Federal do Pará*

### Resumo

O presente trabalho tem como finalidade compreender o momento histórico em que foi instituído no Pará o processo de construção dos grupos escolares, mais especificamente na região nordeste do estado a partir do quadro das reformas na educação no início do regime republicano e para tal discussão temos como objeto de estudo a escola “Aristides Santa Rosa” no município de Inhangapi. No plano metodológico realizamos inicialmente um estudo bibliográfico como suporte de algumas fontes documentais pertencentes à própria instituição escolar. Percebemos que embora a criação e expansão dos grupos escolares represente uma política importante no quadro de reformas educacionais no Pará, ainda predominava um conjunto de situações que manteve a população distante dos benefícios propagados pelos defensores da República.

**Palavras-Chave:** Grupos Escolares. História da educação. Inhangapi

### Introdução

O presente trabalho é um recorte dos estudos desenvolvidos na disciplina História da Educação do Brasil e da Amazônia sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento no curso de Pedagogia da UFPA, campus de Castanhal, com o propósito de discutir o processo de reformas na educação brasileira, com ênfase na criação dos grupos escolares no Pará, mais notadamente na região nordeste paraense, a partir da instituição do regime republicano em nosso país.

Como o campus universitário da UFPA ao qual estamos inseridos congrega discentes de vários municípios dessa região do Pará, priorizamos o processo de criação e ampliação das instituições de ensino que se constituíram como o espaço de grande referência educacional e uma das bases das reformas educacionais dos governos republicanos inclusive em território paraense. Basicamente a proposição do estudo esteve alicerçada em uma revisão bibliográfica e ampliada posteriormente com o aporte de algumas fontes documentais, inclusive iconografias.

Trabalho curricular da disciplina História da Educação do Brasil e da Amazônia, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento no curso de Pedagogia da UFPA.



## Educação: as chaves do progresso na República

O regime republicano se instituiu em nosso país como as chaves que poderiam abrir quase todas as portas para a sociedade moderna, civilizada, progressista alicerçada em novos padrões sócio culturais e econômicos.

A educação via processo de escolarização, constituiu-se na chave mestra para romper com os “atrasos” que o país vivenciou desde os seus momentos iniciais de colonização. Emerge a necessidade de se multiplicar as instituições escolares, assim como reformular alguns padrões pedagógicos estabelecidos.

O estado do Pará que vivenciava um importante momento econômico na transição dos séculos XIX e XX decorrente do extrativismo da borracha entra em alinhamento político no novo regime e também adota medidas favoráveis ao quadro educacional em nosso estado.

Inicialmente o governo de Lauro Sodré (1886-1897), foi bastante significativo para a propagação dos ideais republicanos no Pará, pois começou a desenvolver o projeto administrativo alicerçados nos princípios republicanos aqui no estado e tais mudanças atingiram o setor educacional, que é o foco desse estudo.

Ressaltamos que nesse governo que procura dar as primeiras formas ao regime republicano no Pará, também aparecem outras questões interligadas ao quadro de reformas na educação, pois.

Mediante os avanços suscitados com a modernidade, a indústria, o comércio, a construção civil, a urbanização e muitos outros setores necessitavam de mão-de-obra qualificada, e o governo republicano conhecendo bem essas carências, tenta saná-las através da instrução ofertada nas instituições de ensino. No caso do Pará, Lauro Sodré, em seu discurso explicita que a finalidade da formação não é a criação de intelectuais e cientistas, mas a preparação do proletário para o trabalho, tornando-o dócil ao sistema. (COSTA; CORRÊA, 2016. p.324).

Os anseios de desenvolver o Estado levaram o governo a fazer grandes investimentos, adequando o sistema educacional do Pará ao modelo proposto para a nação brasileira. Devido às circunstâncias de brigas políticas contra os partidários da monarquia, o investimento em muitas obras durante o Governo de Lauro Sodré (1891-1897), pode ser entendida como uma das estratégias de campanha política que traz a mensagem subliminar da demonstração do compromisso dos republicanos com o desenvolvimento do Estado. Após Lauro Sodré, seu sucessor José Paes de



Carvalho assume o governo em 1897 dando prosseguimento à doutrina que ajudou a construir no Pará.

### **A criação dos grupos escolares no Pará**

A criação de Grupos Escolares refletia a concepção dos primeiros governos republicanos no Pará. Isto porque, desde José Veríssimo, diretor geral da Instrução Pública no ano de 1891 e durante o governo de Paes de Carvalho, se tendia reorientar a educação estatal e aprimorar métodos e valorização do professor e o incentivo para a criação dos Grupos Escolares, estratégia essa vislumbrada como a solução para os problemas educacionais, conforme afirma Costa e Corrêa (2016).

Uma vez instituída a República, os espaços escolares foram reorganizados seguindo as orientações constitucionais de 1891 e dos decretos expedidos pelo Governo Federal, criando os Grupos Escolares com intuito de substituir as escolas isoladas que funcionavam nas casas dos professores. Esses Grupos, por seu projeto didático, foram tidos como fundamentais para o incentivo a ampliação e qualificação do ensino e, até mesmo, auxílio para o trabalho docente, uma vez que antes o ensino era desenvolvido em casas-escolas com limitados espaços e carentes de recursos principalmente no interior do Estado.

A ação do Governo do Estado em buscar soluções para o problema dos espaços escolares na verdade é uma forma de escapar da discussão política mais profunda em torno da questão educacional e ao mesmo tempo ganhar prestígio popular.

À medida que os governos implementavam novas políticas para a educação, as estruturas desses espaços educativos eram modificadas, pois por se tratar de prédios antigos, e assim, caracterizados como históricos, não coube mais deixá-los para o serviço educacional, muitos destes edifícios tiveram sua destinação direcionada a outros órgãos públicos.

De acordo com Costa e Corrêa (2016) prédios desses estabelecimentos educativos, ou os que conseguiram sobreviver ao tempo, ainda continuam servindo ao Estado, seja atendendo aos diferentes órgãos públicos, ou ainda como parte integrante do sistema educacional. Fazem lembrar épocas de um Estado próspero e constituído com uma sociedade austera e democrática que fez da expansão escolar via Grupos Escolares um projeto estratégico de propagação dos ideais republicanos e desenvolvimentista.



## O quadro de expansão da rede escolar no nordeste paraense: o caso de Inhangapi

Para a elaboração desta seção utilizamos de algumas fontes documentais, inclusive iconográficas, e entrevistas na perspectiva de traçar um quadro histórico do processo de institucionalização da Escola Municipal Aristídes Santa Rosa, localizada no atual município de Inhangapi na região do nordeste paraense.<sup>1</sup>

No estado do Pará foram construídos Grupos Escolares em pontos estratégicos onde havia transporte fluvial, vilas mais populosas ou lugarejos, visando o desenvolvimento econômico do lugar, o que no início do regime republicano não contemplava a localidade de Inhangapi, que esteve atrelada administrativamente ao município de castanhal e que já possuía um grupo escolar criado em 1902 e posteriormente denominado de Escola Cônego Luiz Leitão.

O surgimento do primeiro grupo escolar em Inhangapi ocorreu somente em 1950, durante o governo de Zacarias Assunção (1951-1956). Foi denominado de Grupo Escolar Aristídes Santa Rosa às proximidades do rio Inhangapi, sob a direção de Lucimar Santiago Bittencourt, a qual dirigiu a escola por 20 anos e foi também uma das primeiras professoras do município.

Entrevistamos a professora Edilene Bittencourt, que trabalha desde 1984 na instituição. Sua mãe, Maria Aura Bittencourt também lecionou na escola, assim como sua prima, a qual foi a primeira diretora da escola, a Lucimar Santiago Bittencourt. Ela nos relatou que era um hábito comum que as filhas substituíssem as mães nas turmas, quando estas iriam se aposentar.



<sup>1</sup> O território do atual município até 1900, a colônia era composta, somente, por imigrantes nacionais. Mais tarde, após a instalação de 12 fornos de cobre para fabricação da farinha, a localidade prosperou, e já em 1920, constituía, como distrito, a 11ª circunscrição do município de Belém. Inhangapi figurou subordinada a Castanhal. Entretanto, essa situação teve duração até 1943, quando se desmembrando dali, obteve autonomia político-administrativa. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico>. Acesso em 27.09.17



Fonte: Arquivo pessoal do ex-diretor da escola Francisco Sales

A imagem acima ressalta como essas instituições demarcavam o espaço das localidades em que estavam implantadas, pois eram percebidas como os “templos do saber”, o lugar em que transformaria a vida das pessoas pelo saber da ciência e conduziria todos pelos caminhos do progresso, da civilização e da modernidade. A configuração desses novos espaços não se resumia somente ao seu aspecto físico e/ou estético, embora importante para a afirmação dos novos objetivos propostos à educação, visto que.

Essa mudança exigiu a intervenção não só nos aspectos materiais da escola, o que envolveu a produção de um novo espaço com prédios e material didático pertinente aos novos objetivos educacionais, mas também em seus aspectos simbólicos, pois se almejava da escola primária mais do que novas carteiras, quadros ou salas. Pretendia-se construir nela um *estado de espírito moderno* (NUNES, 2013, p. 374).

Mesmo criada na início da segunda metade do século passado, não identificamos uma fonte que nos proporcionasse meios para que se explicitasse o ano de institucionalização do grupo escolar de Inhangapi, mas de acordo com os documentos analisados por nós pudemos notar no livro de registros de funcionários que a, no ano de 1977, entre 11 de julho à 30 de agosto, uma mudança da nomenclatura de Grupo Escolar Aristídes Santa Rosa para Escola Estadual de 1ª Grau Aristídes Santa Rosa. Verificando também a placa de identificação da escola assim em outros documentos institucionais percebemos que foi durante a direção de Maria Juraci da Costa Monteiro, a 4ª diretora da escola.

Apesar de a escola ter se institucionalizado em 1977, apenas no ano de 1989 é que o Conselho Estadual de Educação, na resolução nº 400 de 26 de outubro de 1989, que foi concedida definitivamente a autorização de Ensino de 1ª Grau – 1ª a 4ª Séries – e Escola Estadual de 1ª Grau Aristídes Santa Rosa.

A atual diretora é a Sra. Zilda de Andrade Cunha, funcionária desde 14 de setembro de 1979 e diretora desde 2006. A escola atualmente atende 202 alunos divididos entre os turnos matutino e vespertino, em turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental menor.

## Conclusão:



A chegada do regime republicano na transição dos séculos XIX e XX conseguiu adotar políticas importantes para o quadro de reformas educacionais em nosso país e no Pará, entre elas a criação e a propagação dos grupos escolares como os novos “templos do saber”, instituições públicas de ensino que possibilitariam o acesso a um número crescente de pessoas à educação e também conduziriam a população para a superação de mazelas sociais. Entretanto, um conjunto de fatores ainda impedia que o processo educativo apresentasse melhores condições formativas para os grupos sociais historicamente excluídos, entre eles um contingente docente preparado para atuar nesses espaços.

Ao analisar o processo de criação do primeiro grupo escolar de Inhangapi em 1950, período bem posterior às outras instituições de ensino dessa natureza criados na região nordeste do Pará, como exemplo das cidades de Castanhal, Curuçá, Bragança, Santa Izabel, etc., percebemos que ainda refletiam as dificuldades para contemplar a população com os ideais propagados pelos artífices do regime republicano em nosso país.

## REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Reformas na instrução pública**. In.: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

COELHO, Allan Watrin. **A Ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Belém: Dissertação de mestrado-PPGHIST/UPA, 2006.

COSTA, Renato Pinheiro da; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. **A Institucionalização do ensino no estado do Pará e as reformas educativas materializadas nos Grupos Escolares**, (p. 319 a 342) História e Educação na Amazônia. Belém, 2016.

NUNES, Clarice. **(Des) Encantos da modernidade Pedagógica** In.: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2003.